

# BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UM CAPITALISMO SEM RISCO, 1930-1985

BRAZIL: BUILDING A CAPITALISM WITHOUT RISK, 1930-1985

José Carlos Almeida Alexandre\* ([jcalexandre@ipq.pt](mailto:jcalexandre@ipq.pt))

## RESUMO

No período 1930-1985, a industrialização por substituição de importações (ISI) tornou-se o modelo de eleição dos governos brasileiros. O desenvolvimento seria o resultado da aplicação da ISI através do planeamento estatal. Naquele período, o Brasil obteve resultados notáveis em termos de crescimento económico. Todavia, estes sucessos foram sempre perseguidos pelo problema da inflação e do endividamento externo. Registaram-se também progressos assinaláveis em vários indicadores sociais, mas o Brasil continuava a ser uma das sociedades mais desiguais do mundo. Qual foi o papel do Estado brasileiro na implantação do capitalismo? Como é que surgiram e se desmoronaram os diferentes regimes sociais e de acumulação e as estratégias de desenvolvimento? Como é que o Estado articulou as ambições da sociedade e do mercado? Para responder a estas questões, vamos concentrar-nos nas relações de poder e conflito dentro da sociedade brasileira e entre a sociedade e o Estado. Com este objectivo presente, analisaremos as interacções destas relações internas, por um lado, com a evolução das instituições económicas e políticas, e por outro, com as estratégias de desenvolvimento seguidas pelos governos.

Palavras-chave: Estado, planeamento, protecção, conflitos sociais, industrialização

## ABSTRACT

In the period 1930-1985, industrialization based on substitution of imports (ISI) became the Brazilian Governments' preferred model. Development would be the result of that State planned strategy. In that period Brazil registered notable economic growth. However, output growth was accompanied by severe inflation and external debt problems. And, although there were also remarkable results in terms of several social indicators, Brazil continued to be one of the most unequal societies in the world. What was the role of the Brazilian State in the implementation of capitalism? How did the differing social and accumulation regimes and development strategies rise and fall? How did the State articulate the ambitions of society and the market? To respond to these questions, the focus will be on the power relations and conflict within the Brazilian society and between society and State. With this goal, the interactions

of these internal relations with, on the one hand, the evolution of the economic and political institutions and, on the other hand, with the development strategies followed by the government will be analyzed.

Key words: State, planning, protectionism, social conflict, industrialization.

\* Obteve, em Julho de 2008, aprovação nas provas de Suficiência Investigadora no Doutoramento em "Fundamentos de la Investigación Histórica" da Faculdade de Geografia e Historia da Universidade de Salamanca. Mestrado em Comércio Internacional pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Fevereiro de 2001, com a dissertação: "Evolução da desigualdade salarial na indústria transformadora e abertura da economia portuguesa". Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que concluiu em Julho de 1994. Prof. Adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil desfrutou no começo do século XX de uma relativa democratização e abertura do sistema político e de um crescimento económico notável, baseado na exportação de produtos primários. Todavia, a crise dos anos 1930 e a posterior cristalização política de um regime nacional-popular puseram ponto final ao anterior regime de acumulação e assentaram as bases de uma industrialização por substituição de importações (ISI), motor do crescimento económico do pós-guerra.

Entre 1950 e 1970, a ideologia dominante sobre o desenvolvimento da América Latina era emanada da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL). O “cepalismo” promoveu o modelo de desenvolvimento de industrialização por substituição de importações, o intervencionismo económico do Estado, o populismo e o nacionalismo. O Estado era o principal actor e o mercado era relegado para um papel secundário no processo de desenvolvimento.

A combinação de marxismo, teoria da dependência e “cepalismo” engendrou a ideologia dominante na América Latina em termos de desenvolvimento. Numa palavra, o desenvolvimento seria o resultado da aplicação da ISI através do planeamento estatal. O Brasil não saiu deste esquema geral que marcou a América Latina, principalmente a partir do pós-guerra. Pelo contrário, foi um dos países latino-americanos que seguiram o modelo “cepalista” mais a rigor.

A ISI nasceu quase inadvertidamente depois da Grande Depressão. Para fazer frente à crise, foram implantadas uma série de medidas proteccionistas para equilibrar a Balança de Pagamentos. O objectivo inicial não era combater o problema da dependência em relação aos países mais desenvolvidos, mas sim combater os estrangulamentos internos, diminuindo para o efeito as importações.

Paulatinamente, a ISI gerou a ascensão de novas classes sociais na arena política brasileira, primeiro, das classes médias e, no começo dos anos 1940, das massas populares. A elite política não podia continuar a ignorar os desejos e as ambições destes grupos. Estas classes exigiam um novo modelo político que lhes permitisse uma maior participação política e que lhes aumentasse os rendimentos.

A reorientação da economia para as actividades industriais, que marcou o período pós-1930, e a consequente crise de hegemonia da burguesia oligárquica e do sistema liberal vigente na etapa histórica

anterior aceleraram a escolha da ISI como modelo de desenvolvimento a partir do ano de 1940.

Qual foi o papel do Estado brasileiro na implantação do capitalismo? Como é que surgiram e se desmoronaram os diferentes regimes sociais e de acumulação e as estratégias de desenvolvimento? Como é que o Estado articulou os desejos e aspirações da sociedade e do mercado?

Para responder a estas questões, vamos concentrar-nos, em especial, nas relações de poder e conflito dentro da sociedade brasileira e entre a sociedade e o Estado. Com este objectivo, analisaremos as interacções destas relações internas, por um lado, com a evolução das instituições económicas e políticas e, por outro, com as estratégias de desenvolvimento seguidas pelos governos.

## 2. DA EMERGÊNCIA DAS MASSAS À QUEDA DA REPÚBLICA POPULISTA

*"The revolution of 1930, the 'Estado Novo' (1937-1945), the presidency of Juscelino Kubitschek (1956-1961) are often portrayed as critical junctures in a sustained process of state building and heavy industrialization."* (Addis, 1997, 134).

A partir da década de 1930, a ISI torna-se o centro de gravidade de uma nova estratégia de desenvolvimento, que se consolidaria nas décadas de 1940 e 1950.

Em primeiro lugar, esta estratégia implicou uma perda de importância relativa do sector exportador no processo de formação do rendimento nacional e, ao mesmo tempo, um aumento da participação e do dinamismo da actividade interna.

As transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se basicamente ao sector industrial e às actividades conexas, sem modificar consideravelmente a situação do sector primário e as actividades tradicionais de exportação – que se revelariam fundamentais na obtenção de divisas para financiar o desenvolvimento dos sectores industriais.

Tornou-se necessário criar um tipo de economia que contemplasse a criação de uma base económica de sustentação dos novos grupos sociais emergentes – classes médias urbanas que passaram a partilhar o poder com a oligarquia – e que oferecesse simultaneamente oportunidades de inserção económico-social aos grupos populares numericamente mais relevantes, cuja crescente importância nas cidades podia abalar o sistema político.

Durante todo este processo, o papel do Estado expandiu-se. Era ao Estado que cabia tomar as medidas necessárias para a protecção do mercado nacional, proceder à transferência de rendimentos do sector exportador para o sector interno e criar os núcleos fundamentais de infra-estruturas para apoiar a ISI – fábricas nacionais de aço, refinarias de petróleo, centrais eléctricas, etc.

Deste modo, o jogo político-social consistia nos acordos e alianças que as diferentes forças sociais conseguiam alcançar e que expressavam o novo equilíbrio de poder. Nesse equilíbrio, participavam e disputavam a sua hegemonia tanto os sectores agro-exportadores, industriais e financeiros como os sectores médios urbanos. Enquanto os sectores populares – classe operária, massa popular urbana e trabalhadores agrícolas – apareciam normalmente como base de apoio do novo bloco de poder ou simplesmente como classes subordinadas.

Nas décadas de 1940 e 1950 distinguiram-se dois tipos de orientação: uma, implícita na pressão das massas, que se expressou numa maior participação política e social e deu origem a uma tendência para uma maior distribuição social e económica; a outra, coexistente com a anterior, manifestava os interesses dos novos sectores dominantes, através da continuidade da expansão económica orientada para o mercado interno e do reforço do nacionalismo, possibilitando a incorporação das massas no sistema de produção e no sistema político.

São estas duas orientações – o “distributivismo” social e económico e o nacionalismo - que configuram, *grosso modo*, o Estado populista nascido depois da Grande Depressão.

## 2.1. GETÚLIO VARGAS: O PRECURSOR DE UM ESTADO POPULISTA

Em 1930, o governo revolucionário de Getúlio Vargas chega ao poder. É o fim da Primeira República, também conhecida como “República Velha”, que havia, desde 1889 (um ano após o fim da escravatura), substituído a designada fase do “Império” (1822-1889). Uma república “(...) *imperfeita e responsável por ter exacerbado ativamente os problemas sociais, políticos e económicos herdados do império.*” (Weinstein, 1996, 63)

Com Vargas, o Estado reforça muito a sua intervenção e os seus poderes de controlo. Há um forte investimento em infra-estruturas e uma política económica nacionalista que pretendia criar uma indústria forte. Desde então, o Estado é o líder do desenvolvimento económico do Brasil.

A Revolução de 1930 e o primeiro governo de Vargas (1930-1945) são o resultado de um conjunto de factores internos e externos, que contribuíram para a queda da Primeira República e o desgaste dos seus mecanismos políticos.

Os factores externos resultaram basicamente da crise de 1929, que quase aniquilou o mercado mundial do café brasileiro, cujo preço diminuiu de US\$0,40 por libra (453 Kgs) para US\$0,08 (Lafer, 2002).

Apesar da forte crise no mercado mundial do café, a procura interna brasileira manteve-se relativamente estável (Lafer, 2002), o que incentivou os empresários a reorientarem os investimentos e a produção para o mercado interno.

Como resultado destas mudanças económicas, os interesses tradicionais dos grupos ligados ao café deixaram de ser sinónimo do interesse nacional. Esta crise de hegemonia explica a deterioração do poder político das elites, bem como a emergência da classe média como uma nova força política do sistema.

Nestas circunstâncias, com as elites divididas e ameaçadas externamente, as ambições populares descobrem em Getúlio Vargas o homem providencial. Vargas conseguiu organizar e manter unida uma coligação de forças vitoriosas, formada pela classe média e por uma parte das elites. Esta coligação de forças e interesses faria a revolução de 1930 e criaria um regime novo.

Vargas representava um poder paternalista para a classe média, cujas aspirações e ambições aumentavam à medida que os factores externos debilitavam as elites. Em 1937, Vargas conduziu um golpe de estado que criaria o chamado “Estado Novo”.

O “Estado Novo” conciliou a ambição de Vargas em permanecer no poder com as ambições da classe média de uma maior estabilidade, mais ou menos assegurada com os empregos públicos.

Vargas criou um regime regulador, do tipo militar-burocrático, caracterizado por uma política de clientela muito mais favorável à classe média do que a “República Velha” (Lafer, 2002, 35). Isto significa que o regime compreendia a necessidade de satisfazer a procura de emprego da classe média. Não obstante, convém sublinhar que este regime não mudou significativamente a estrutura da população activa, como se pode confirmar na tabela 1.

A partir de 1943, Vargas começa a afastar-se dos seus apoios iniciais. Esta viragem política explica-se por um conjunto de transformações sociais e políticas.

Em primeiro lugar, a ISI alcançou algum vigor, como se pode observar na tabela 2. Em segundo lugar, o crescimento da população, na década 1940, foi de 2,4%, enquanto o da população urbana foi de

5,4% (Lafer, 2002: 37). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos transportes contribuiu para uma maior mobilização social.

**Tabela 1 – Distribuição da população activa por sectores, 1920 e 1940**

	1920		1940	
	Nros. Absolutos	%	Nros. Absolutos	%
Sector primário	6.377.000	69,7	9.726.000	67
Sector secundário	1.264.000	13,8	2.144.000	14,8
Sector terciário	1.509.000	16,5	1.563.000	18,2
Total	9.150.00	100	14.523.000	1000

Fonte: Lafer (2002)

Vargas estava atento a todas estas mudanças. Foi essa visão que o fez criar, em 1944, o Conselho Nacional de Indústria e Política Comercial, com o intuito de organizar a política comercial e industrial do Brasil do pós-guerra.

**Tabela 2 - Índice de produção industrial brasileira 1930-1945**

1939	1933	1934	1935	1936	1937	1938
100	67	70	83	82	89	89
1940	1941	1942	1943	1944	1945	
105	111	113	125	130	137	

Fonte: Lafer (2002)

Vargas começou, consequentemente, a formar uma nova base de apoio político, composta pelos sectores operários e urbanos emergentes, dando a origem ao “trabalhismo”. Estes grupos sociais novos seriam incorporados na sua anterior base de apoio.

Antes da sua queda em 1945, provocada por um golpe militar, Vargas criou ainda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). A acção destes dois partidos seria decisiva nas décadas seguintes. Vargas preparou o caminho para uma forma diferente de participação política, que marcaria o período 1945-1964, o populismo.

## 2.2. A EMERGÊNCIA DAS MASSAS

A presença popular é, sem dúvida, o facto político novo da etapa democrática que se inicia em 1945. Pela primeira vez na história do Brasil, as massas urbanas surgem livremente na arena política.

Há, todavia, uma persistência dos esquemas de poder vigentes na ditadura e que se expressa no facto de o sistema de partidos – que

tem muito pouca autonomia em relação ao poder executivo – se basear nos dois agrupamentos criados por Vargas no final do regime ditatorial.

Apesar das similitudes com o período precedente, esta é uma etapa em que se torna mais notório o conflito das forças sociais que servem de sustentação ao Estado e é também a etapa em que esse compromisso entra em ruptura.

Os golpes de estado surgem desde o início da democracia como um instrumento que a direita ameaça usar a qualquer momento para reparar a sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os efeitos da pressão popular (Weffort, 1978).

A pressão popular intensifica-se bastante nos últimos anos deste período democrático. Principalmente após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, surgem formas de acção popular que vão além das formas tradicionais. As greves dos trabalhadores são frequentes, há uma importância crescente dos grupos nacionalistas, há uma extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais e os camponeses mobilizam-se em torno de organizações sindicais.

Na década de 1950, a taxa de crescimento da população foi de 3%, mas a da população urbana foi de 6% (Lafer, 2002, 39). Em 1950, 36,2% da população era urbana, quando em 1960 essa percentagem é de 45,1%.

A legitimidade do regime e das autoridades passou a estar dependente do apoio de grupos mais amplos<sup>1</sup>. Por outras palavras, “(...) a política brasileira deixara de ser assunto limitado às elites.” (Lafer, 2002, 40)

Se a política deixou de ser somente uma questão das elites, interessa saber como se processou a conciliação das aspirações e ambições das massas populares com as das elites.

Os partidos revelaram-se incapazes de responder às novas circunstâncias, porque mantiveram a estrutura herdada do período precedente a 1930. Os partidos permaneceram como partidos de quadros e não de massas (Lafer, 2002). Por consequência, a sua importância declinava à medida que aumentava a mobilização social.

Esta ausência de canais políticos de integração política, uma vez que nenhuma organização funcionava como intermediária entre o Estado e o cidadão comum, propiciou o surgimento de relações directas do tipo massas/elites.

Esta relação pessoal e directa foi uma condição essencial para a emergência do populismo brasileiro, mas não é suficiente para explicar

<sup>1</sup> Apesar do aumento da participação política, aproximadamente 50% da população tinha idade inferior a 18 anos (o mínimo exigido por lei para se poder votar) e 50,6% da população com mais de 15 anos era analfabeta e, por isso, também não podia votar.



o seu desenvolvimento. As relações pessoais e directas reforçaram a tendência do executivo para funcionar como árbitro dos interesses dos diferentes grupos, mas, a longo prazo, o sucesso dessa arbitragem dependia das possibilidades da conciliação dos interesses dos diferentes grupos.

Como a política das massas é, em parte, o resultado da manipulação das massas pelas elites, interessa saber: primeiro, quais eram os interesses dos elites; segundo, qual era o grau de conciliação entre as elites e as massas.

### 2.3. A CONCILIAÇÃO DOS INTERESSES DAS MASSAS E DAS ELITES

Não era um equilíbrio fácil de forças. Todavia, a força dominante da política brasileira, desde o regresso de Vargas em 1951 como o presidente eleito até à administração de João Goulart (1961-1964), era uma coligação com apoio popular e comprometida com o desenvolvimento capitalista de Brasil.

Weffort (1978) sugere que populismo era uma manifestação da fraqueza dos grupos urbanos dominantes, que não eram capazes de estabelecer uma hegemonia, ao contrário de que tinha acontecido com a elite rural durante o período do "império" (1822-1889) e da "República Velha" (1889-1930). Assim, os grupos urbanos dominantes foram forçados a governar indirectamente em aliança com a burocracia do Estado e com as classes urbanas populares. Todavia, os interesses antagónicos destes grupos sociais foram subordinados ao crescimento de uma economia capitalista. Durante algum tempo, esta aliança funcionou e os diferentes interesses foram satisfeitos.

Tanto os operários como os empresários pretendiam que o governo criasse tarifas proteccionistas, subsídios e crédito que permitissem, simultaneamente, subidas dos salários e dos lucros, ainda que à custa do resto da população devido às inevitáveis subidas dos preços.

A intensificação da industrialização implicava uma pressão na Balança de Pagamentos, uma vez que o que ocorreu foi uma substituição das importações de bens manufacturados por bens de equipamento – necessários às novas indústrias brasileiras. Esta situação acabou por revitalizar o sector do café, porque só este conseguia obter as necessárias divisas nos mercados internacionais.

Ao mesmo tempo, o Brasil dispunha de um trunfo, uma grande quantidade de terras cultiváveis e uma elevada oferta de mão-de-obra. Isto permitiu o desenvolvimento simultâneo do sector exportador e do

sector industrial, pelo menos na década de 50<sup>2</sup>. Por outras palavras, os interesses dos sectores exportadores e industriais não eram incompatíveis.

Há estudos (por exemplo, Cardoso, 1964) que revelam que havia um compromisso básico entre a elite vinculada ao sector exportador e a elite ligada ao sector industrial. Este compromisso radicava em diversos factores. Como a expansão do sector industrial foi uma consequência da menor rentabilidade do sector exportador, quando este se tornou novamente mais atractivo, os empresários do sector industrial passaram a investir no sector exportador e vice-versa. A diversificação dos investimentos evitou conflitos económicos e permitiu a consolidação de uma consciência de classe entre os proprietários das terras e entre os industriais.

Por outro lado, as massas mobilizadas reivindicavam sobretudo por mais oportunidades do trabalho. Esta aspiração não era incompatível com os interesses da elite industrial e também não prejudicava os interesses da elite exportadora, devido à existência de uma grande quantidade de terras cultiváveis.

A industrialização correspondia também aos interesses da classe média, dado que implicava uma crescente burocratização das empresas e do Estado e, conseqüentemente, gerava mais oportunidades de emprego.

#### 2.4. O “PROGRAMA DE METAS” DE JUSCELINO KUBITSCHKE: O CULMINAR DA POLÍTICA CONCILIATÓRIA

A conciliação de interesses dos diferentes grupos sociais culminaria durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Kubitschek apresentou, pela primeira vez, numa campanha eleitoral, uma proposta de planeamento. O “Programa de Metas” serviu de garantia e de promessa para atender às necessidades das massas (oportunidades de emprego) e das elites (promoção do estilo conciliatório).

Kubitschek propunha uma intervenção activa do Estado, orientada por um plano de desenvolvimento. Não se tratava de um plano rígido da economia brasileira, “*mas de uma programação metódica de medidas governamentais, de objectivos e metas para a iniciativa privada.*” (Lafer, 2002, 48).

No “*programa dos objectivos*”, Kubitschek tentou terminar com a concepção dominante de que o Brasil era essencialmente um país de

<sup>2</sup> Apesar de um sistema designado de “confisco cambial”, através do qual o Estado transferia reservas cambiais para o sector industrial, o rendimento absoluto do sector exportador continuava a ser atractivo.

bens agrícolas por vocação hereditária. A solução proposta era uma vigorosa política de industrialização, com base num aprofundamento da ISI.

O governo de Kubitschek logrou criar uma indústria automóvel no Brasil. Como o país não tinha a tecnologia nem o capital necessário, a solução foi atrair investimento estrangeiro. O governo fundou uma agência especial para negociar com as empresas multinacionais, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), e foi muito generoso na atribuição de subsídios. Por seu lado, as multinacionais também estavam interessadas em explorar o enorme mercado de países como o Brasil. Passados poucos anos, o Brasil obtinha um saldo positivo porque as multinacionais tinham de pagar impostos.

Kubitschek prometia fazer “50 anos em cinco”. De facto, verificou-se uma taxa de crescimento média anual entre 1955 e 1961 de 6.1% e o Brasil registou melhores desempenhos económicos do que os seus vizinhos latino-americanos.

Kubitschek queria fazer uma ruptura com o passado, mas, ao mesmo tempo, queria consolidar os consensos existentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, o “Programa de Metas” vem apenas aprofundar políticas que vinham de trás, aproveitando inclusive os estudos e os técnicos entretanto formados. Há, então, uma maior consciência das interdependências dos sectores.

Segundo Lafer, o “Plano de Metas” foi, em geral, um êxito, tendo alcançado muitos dos seus objectivos, e o *“Sucesso global pode ser atribuído à decisão de preparação para implementação, isto é, ao controlo pela administração paralela sobre as incertezas vitais na economia (...)”. As deficiências parciais podem ser atribuídas ao próprio plano, isto é, às estimativas incorrectas de necessidades futuras (...) ou ao fato de que algumas metas escapavam ao controle daqueles órgãos de ponta.*” (Lafer, 2002, 157).

Não obstante, este plano teve custos, inflação e aumento dos custos administrativos. Em parte, é possível afirmar que estes custos são o resultado perverso da política de conciliação.

A inflação era vista como a alternativa mais viável para financiar o “programa dos objetivos” – bem como Brasília, a nova capital -, visto que a alternativa, uma ampla reforma fiscal, poderia pôr em perigo o equilíbrio de forças dos diferentes grupos sociais.

O aumento dos custos administrativos resultou da opção de Kubitschek por criar uma administração paralela, em vez de reformar a burocracia existente. Uma vez mais, a razão principal dessa estratégia

era a necessidade de conciliar os diferentes interesses, alimentando, assim, uma “política de clientela”.

No sucesso do “Programa de Metas” germinavam, todavia, as sementes da queda da “República Populista”. O sucesso do “Programa de Metas” esgotou as possibilidades conciliatórias do populismo.

Em 1961, a preparação de qualquer planeamento era muito mais difícil. Por um lado, era difícil plasmar num plano as pressões difusas para a mudança provenientes do eleitorado, e, por outro, não era evidente o que era necessário fazer em termos de planeamento e desenvolvimento. Tornava-se necessária uma maior competência cognitiva e administrativa, à medida que um país se desenvolve, a economia torna-se mais interdependente e complexa, o que faz com que os mecanismos de planeamento se tornem cada vez mais ineficazes, ainda por cima quando há a necessidade de conciliar diferentes interesses dentro da sociedade.

## 2.5. A QUEDA DA REPÚBLICA POPULISTA: ORIGENS ECONÓMICAS

A incapacidade para superar os obstáculos levaria à renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961 - nove meses após ter tomado posse - e João Goulart sucumbiria em Março de 1964.

Há diversas teorias que tentam conectar o golpe militar de 1964 com a situação económica de Brasil. Escolhemos as duas que nos parecem mais pertinentes, o problema da distribuição do rendimento e a necessidade de um programa muito duro de estabilização económica.

Há também uma tese muito interessante e controversa de O'Donnell (1973) que associa a estratégia de desenvolvimento seguida no Brasil com o fim da democracia em 1964. Supostamente, a ISI, numa primeira fase, após a grande depressão dos anos 1930, agradou a todos os grupos sociais e foi uma das principais características dos governos populistas da América Latina. Não obstante, esta política tem um custo a médio prazo, o fim dos regimes que promovem este tipo de estratégia. A consequência desta política é a substituição de importações por outras importações, os países têm de importar tecnologias mais avançadas e bens de capital necessários às suas novas indústrias e, deste modo, deterioram a Balança de Pagamentos, causando inevitavelmente uma crise no regime e dando origem a estados burocrático-autoritários.

Serra (1972) tenta demonstrar, apoiando-se em estatísticas, que a análise de O'Donnell está errada. Serra considera que a principal consequência da ISI é a necessidade de o Estado favorecer as classes

mais elevadas para criar um mercado interno para as suas indústrias novas de automóveis e electrodomésticos, contribuindo assim para um aumento da desigualdade social.

Ainda que as estatísticas possam corroborar a tese de Serra, não nos parece plausível que os militares tenham realizado o golpe militar com o objectivo de subir o nível de vida das classes mais altas, para assim assegurar a sobrevivência da ISI. De facto, as políticas restritivas dos primeiros anos da ditadura prejudicaram todos os grupos sociais (Wallerstein, 1980).

De qualquer maneira, a ISI está ligada ao problema da distribuição dos rendimentos e à necessidade de um programa muito duro de estabilização económica. É o que vamos tentar demonstrar de seguida.

#### 2.5.1. O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

Durante o governo de Kubitschek foi possível subir os salários e os lucros reais à custa de uma inflação relativamente moderada. Mas, a partir dos anos 60, durante o governo de Goulart, verifica-se uma estagnação económica que torna insustentável esta situação.

Ao mesmo tempo, a classe operária adquire uma maior consciência de seu poder e ganha autonomia política. Por isso, alguns autores (Jaguaribe, 1965; Cardoso, 1968, cit. *in* Wallerstein, 1980) consideram que a burguesia retirou o seu apoio ao regime democrático porque as subidas dos salários ameaçavam os seus lucros.

Todavia, a importância das alterações da distribuição do rendimento a favor dos salários, antes do golpe militar de 1964, não é confirmada pelos dados existentes sobre salários e lucros. Wallerstein (1980) demonstra que, após 1960, durante o governo de Goulart, os lucros foram mais favorecidos do que os salários (Tabela 3).

**Tabela 3 – Lucros e salários em termos reais 1960-1963**

	Lucros líquidos totais	Salário médio
1960	100	100
1961	115	104
1962	131	108
1963	125	107

Fonte: Wallerstein (1980)

Os salários reais alcançaram um máximo durante o governo de Kubitschek. O salário mínimo real era maior em 1952 (durante o governo de Vargas) que em 1963 (no fim do governo de Goulart). À superfície, isto parece um paradoxo. Sobretudo se consideramos que Goulart era um político veterano, cuja carreira se havia apoiado nos

interesses da classe operária. Na realidade, os sindicatos encontravam-se num beco sem saída. Confrontados com a crise económica e sem a força para avançar com uma estratégia de insurreição, os líderes dos movimentos laborais foram forçados a aceitar uma moderação salarial e a concentrar-se num plano de reformas, com a esperança de que a situação económica mudasse. Desgraçadamente, a crise agravou-se e o descontentamento dos trabalhadores intensificou-se

#### 2.5.2. A NECESSIDADE DE UM PROGRAMA MUITO DURO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA

É necessário ter em conta que, na fase final do período democrático, o quadro político continuava a ser o populismo. Tornaram-se necessárias reformas estruturais, tanto do ponto da vista do desenvolvimento industrial como do ponto da vista do processo de democratização social e política. Todavia, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de levar a cabo essas reformas. Quando Goulart tentou avançar com as reformas, desencadeou a crise fatal do regime populista.

A coligação de forças que apoiava o regime democrático não conseguiu resistir ao fracasso de uma série das tentativas para implantar, entre 1959 e 1964, um programa da estabilização económica (Wallerstein, 1980). O regime democrático revelou-se inepto para resolver um problema sério de “estagflação” (inflação, desemprego e défice externo elevados) e, ao mesmo tempo, para recuperar o crescimento económico.

Antes de analisar como a “estagflação” contribuiu para uma crise política no Brasil, convém recordar as duas principais teorias que tentam explicar o problema recorrente da inflação na América Latina, em especial no pós-guerra.

Uma é conhecida como “estruturalista”, e enfatiza a rigidez da oferta<sup>3</sup>; a outra é a conhecida tese monetarista, que considera que o problema radica numa procura excessiva, criada por erros de política económica dos governos. Um estudo de Kahil (1973, cit. *in* Wallerstein, 1980) parece confirmar a tese monetarista. Este autor verificou a existência, entre 1948 e 1964, de enormes e crescentes défices públicos, rápido crescimento do crédito bancário e permanentes e crescentes aumentos do salário mínimo.

A inflação, entre 1950 e 1958, variou entre os 10% e os 20%; acelerou em 1959, abrandou em 1960 e disparou em 1961, alcançando os 100% quando Goulart foi destituído. Para compreender

<sup>3</sup> A oferta não responde aos aumentos da procura e, por consequência, os preços sobem.

esta evolução da inflação, é necessário recuar no tempo, pelo menos até ao governo de Kubitschek.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve sempre défices comerciais. Este problema agravou-se muito durante o governo de Kubitschek, devido à sua política de ISI. O seu governo foi forçado a pedir no exterior elevados empréstimos para financiar as importações necessárias ao processo de industrialização. Pior, em 1954 o preço do café começou a baixar. Por consequência, a partir de 1953-1954, *"Brazil had no choice but to keep to a prudent speed the rate of industrialization while considering the relief or burden on the balance of payments."* (Skidmore, 1967, 116).

Ante este cenário, o governo brasileiro dispunha de duas soluções, ou reduzia as importações - e colocava em perigo o crescimento económico - ou tentava cobrir o défice comercial com mais investimentos e empréstimos no estrangeiro. Kubitschek escolheu a segunda opção. O êxito desta solução dependia da criação de riqueza que permitisse, no curto prazo, pagar a dívida. Infelizmente, serviu apenas para adiar e ocultar temporariamente o problema.

Convém sublinhar que a administração de Goulart tentou implantar, um programa da estabilização. Mas, as medidas deflacionárias prescritas pelo FMI implicavam uma redução da procura de importações até que o equilíbrio da Balança Comercial fosse alcançado. Por outras palavras, o rendimento de todos os sectores da economia brasileira teria de diminuir, pelo menos a curto prazo.

Goulart não tinha, em Junho de 1963, apoio de nenhum grupo social. Em suma, as origens da crise económica que precedeu o golpe militar remontam às políticas económicas de Kubitschek. Todavia, Goulart não teve arte nem engenho para superar a situação de impasse a que se havia chegado<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> É importante sublinhar que a crise económica foi apenas uma das causas do golpe militar.

Alguns autores consideram que durante a administração de Goulart era possível evitar o golpe militar. Após a demissão de Quadros, Goulart assumiu a presidência num regime parlamentarista, resultado das negociações em 1961, entre as forças militares e as forças políticas civis. Goulart poderia ter tentado seguir uma política mais moderada e aceitar o parlamentarismo, embora com menos poderes. Preferiu fazer um plebiscito em 1963 para retomar a um regime presidencialista. Ganhou o plebiscito, perdeu a confiança dos movimentos conservadores e, principalmente, das forças de esquerda, a sua base principal de apoio. Por isso, alguns autores responsabilizam a incapacidade política de Goulart pelo golpe militar (Addis, 1997, 136).

### 3. DO ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO À RESTAURAÇÃO DA DEMOCRACIA

*"Brazil's military gave much lip-service to the free market doctrine but in practice adopted the most closed economic system on the continent."* (Pang, 2002, XV).

Em 31 de Março de 1964, ocorreu o golpe militar e o marechal Castelo Branco assumiu a presidência da República em nome do movimento militar que destituiu Goulart.

A queda de Goulart assinalou o fim da "República populista", uma vez que o movimento de Abril de 1964, que se autodefinia como uma "Revolução", trouxe mudanças significativas em relação à importância atribuída anteriormente à participação política e à representatividade.

A preferência pelos chamados "atos institucionais" em vez do processo eleitoral ilustra bem as diferenças entre a "República Populista" e o período "revolucionário". A legitimidade do regime não seria mais o "povo", através do voto popular, mas sim a auto-outorgada legitimidade da "Revolução".

Em suma, os valores da democracia, dos direitos humanos e de uma sociedade aberta<sup>5</sup> foram sacrificados em nome do objectivo supremo do crescimento económico.

Nos primeiros anos, o governo da ditadura militar levou a cabo medidas deflacionárias muito duras. Para sanear a economia, o governo diminuiu o ritmo das obras públicas, cortou subsídios - principalmente ao petróleo - e dificultou o crédito interno. Em pouco tempo, aumentaram as falências e o padrão de vida da população baixou.

Passada esta fase de saneamento económico, a ditadura militar, na prática, prosseguiu, com algumas correcções e ajustamentos, as políticas populistas que herdou dos governos civis que havia derrubado. A ISI continuou a ser o modelo eleito. O nacionalismo económico intensificou-se, raiando a xenofobia. O intervencionismo do Estado atingiu níveis inéditos. De resto, estas políticas gozavam de amplo apoio dentro da sociedade brasileira.

<sup>5</sup> Ao longo da ditadura militar foram contidos vários movimentos de guerrilha urbana e rural, mas sem que se atingissem os níveis de violência de, por exemplo, a ditadura argentina dos finais dos anos de 1970 (Pang, 2002).



### 3.1. A “REVOLUÇÃO” DE 1964 E A CONCENTRAÇÃO DE PODER

A redução das variáveis da participação imposta pela ditadura militar tinha como intenção promover uma concentração do poder, que era vista como essencial para ultrapassar o impasse administrativo criado nos últimos anos da República.

O “Programa de Ação Económica do Governo” (PAEG) foi elaborado como um plano de emergência por Roberto Campos, ministro extraordinário do “Planejamento Governamental e Coordenação Económica” (1964-1967), e tinha como principais objectivos, dominar a inflação, implantar reformas estruturais e retomar o desenvolvimento.

A ideia essencial de Castelo Branco e de Roberto Campos era uma concentração de poder para modernizar e aumentar a capacidade das instituições e, uma vez alcançado esse objectivo, abrir o sistema político para permitir uma maior participação. Ficaram a meio caminho da sua suposta intenção inicial.

A inflação foi controlada. A taxa de inflação baixou de 91,6% em 1963 para 51,2% em 1965, 36,8% em 1966 e 25,4% em 1967. Até se sentirem os efeitos do primeiro choque petrolífero (1973), a taxa de inflação manter-se-ia à volta dos 20%.

Verificaram-se, de facto, algumas reformas importantes: a reforma do sistema fiscal; a reforma dos sistemas bancários, de crédito e monetário, com a criação do Banco Central, do Conselho Monetário e com novas condições para os mercados financeiros e de capital; a reforma do sistema de habitação, com a criação do Banco Nacional de Habitação, para a construção em grande escala de novos fogos urbanos.

A reforma administrativa era agora possível porque havia muito menos pressão política para a manutenção e a criação de empregos no Estado. E foram também ensaiadas algumas tentativas para uma reforma agrária.

Todavia, a recuperação dos canais de representação e comunicação populares não se verificou. Pelo contrário, em 27 de Outubro de 1965, o segundo “ato institucional” dissolveu todos os partidos políticos, facilitando a intervenção do Estado para reprimir as actividades consideradas “subversivas”. Isto significou a limitação de jure y de facto dos canais da representação e comunicação populares<sup>6</sup>.

<sup>6</sup>Após esta obstrução da participação política, Castelo Branco formou o partido do governo, o Arena, e permitiu a criação de um partido para a oposição, o MDB. Além disso, trabalhou num projecto da reforma institucional que estabeleceria as regras da vida política no Brasil. Essas

Com a inflação controlada, Costa e Silva (1967-1969), o sucessor de Castelo Branco, elege a reconciliação do controlo da inflação com o desenvolvimento económico como o objectivo prioritário da sua política económica e financeira. O “Plano Estratégico de Desenvolvimento” (PED), elaborado pelo “Ministério do Planeamento e Coordenação Geral”, para o período 1969 e 1970, materializou essa política.

Entre 1967 e 1973, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 8%. Este período é considerado por alguns autores como “milagre económico”.

### 3.2. A CONTINUAÇÃO POR OUTROS MEIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Há semelhanças entre o crescimento dos anos 1950 e o crescimento do fim dos anos 1960 e do princípio dos anos 1970. Ambos assentavam no crescimento do consumo de bens como os automóveis, ambos exigiam um crescimento dos sectores de bens intermédios e de capital. O papel do Estado era fundamental no desenvolvimento de indústrias básicas como a energia e os transportes. Ao mesmo tempo, verifica-se um investimento forte de capital estrangeiro (Wallerstein, 1980), mas existiam algumas diferenças.

Na ditadura militar, a partir de 1967, o crescimento é impulsionado pelo bom desempenho das indústrias de automóveis, construção civil e electrodomésticos. As indústrias de material eléctrico, química, construção naval e de bens de capital também aumentaram muito as suas produções.

A política anti-inflacionária de elevadas taxas de juro no período anterior tinha reduzido o consumo e o investimento. Com o PIB abaixo da sua “taxa natural”, o objectivo do PED era estimular a procura privada. Foram então adoptadas pelo governo políticas monetárias e fiscais expansionistas. Em consequência, as despesas do Estado aumentaram.

Em 1972, foi lançado o “I Plano Nacional de Desenvolvimento” (IPND), que continha uma série dos objectivos que deviam ser alcançados até 1974. Em suma, entre 1967 e 1974 verificou-se uma expansão dos investimentos do Estado em infra-estruturas e a presença deste na economia reforçou-se e, por consequência, a da burocracia também.

regras foram promulgadas em Janeiro de 1967 pelo Congresso e tornaram-se efectivas com a tomada de posse de Costa e Silva.

O Estado foi menos entusiasta dos investimentos do capital estrangeiro do que no período de Kubitschek. Criou e mudou frequentemente as leis sobre esta matéria, criando deliberadamente dificuldades às multinacionais (Weyland, 1996).

Em 1973, com o primeiro choque petrolífero, termina este período de expansão. A economia brasileira dependia muito da energia do petróleo - representava mais de 40% da energia consumida. Os espectros da inflação e do endividamento externo assombravam, uma vez mais, o Brasil.

Em 1974, Ernesto Geisel chega ao poder (1974-1979). Ante a crise económica, Geisel podia adoptar a solução ortodoxa de implantar políticas económicas restritivas. Preferiu lançar, em 1974, o "II Plano de Nacional de Desenvolvimento" (IIPND). Ao mesmo tempo, lançou o seu projecto de "distensão" (Mathias, 1995) ou "abertura", supostamente com a intenção abrir gradualmente o regime à democracia.

Com o II PND, a administração de Geisel pretendia implantar indústrias de bens de capital e, deste modo, aprofundar a política de ISI. Representou um enorme esforço financeiro do governo brasileiro. Esta opção relevava de um certo nacionalismo económico, que se traduzia nomeadamente em privilegiar o investimento nacional e relegar para segundo plano o investimento estrangeiro.

Antes do choque petrolífero de 1973, 90% dos investimentos do Estado eram financiados pelos impostos. Depois dos choques petrolíferos (1973 e 1979), o crédito nos mercados financeiros internacionais tornou-se mais barato e acessível. E o governo recorreu aos empréstimos no exterior para financiar o aprofundamento da ISI, ensaiando a criação de uma indústria de computadores<sup>7</sup>, com o objectivo de atingir a auto-suficiência tecnológica. Além disso, avançou com projectos faraónicos<sup>8</sup>, a fim de impressionar o mundo e afirmar o Brasil como a principal potência regional da América Latina.

<sup>7</sup> Os computadores ou a "informática" eram uma obsessão dos jovens oficiais nos anos 1970 e 1980. Muitos estavam convencidos de que era uma oportunidade para o Brasil se afirmar definitivamente como uma potência regional (Pang, 2002). Em 1983, o governo introduziu a "Lei Informática", reservando a produção e o marketing dos computadores a empresas brasileiras. O Estado não criou empresas públicas para o efeito, mas promoveu, a partir do zero, a criação de uma indústria informática. Passado pouco tempo, era já possível perceber o fracasso desta política. As empresas brasileiras não conseguiram tornar-se competitivas, visto tratar-se de uma indústria de constantes mudanças e progressos, o que exigia um grande investimento.

<sup>8</sup> Os mais conhecidos são Itaipú (\$15 biliões), Tucuruí (\$ 6 biliões) e Carajás (\$ 60 biliões).

A grande disponibilidade de crédito barato nos mercados internacionais permitiu aos militares não subirem os impostos, o que os tornou, na altura, muito populares, pelo menos junto de alguns sectores da população. O endividamento parecia, à primeira vista, uma estratégia equilibrada e racional.

Segundo Hirschman (1987, 22), *"Rather than completing the import-substituting sequence, a newly industrializing country may at some point make a clear break with the whole process, dispensing with the services rendered by imports in mapping and developing its own market."* Ou seja, não se tratava apenas de mais um passo no caminho da industrialização. Tratava-se de uma ruptura. Uma consequência imediata, e previsível, foi o aumento do endividamento externo.

Em 1971, o endividamento externo do Brasil representava 7,7% do PIB; em 1980, 31,3%; em 1988, 36,5%. Embora fosse das maiores dívidas externas em termos absolutos da América Latina, em termos de percentagem do PIB era, em 1981 e em 1988, menor do que a da Argentina, do Chile ou de Portugal (Tabela 4).

**Tabela 4 - Dimensão da dívida externa, em percentagem do PIB 1971, 1980 e 1988**

	1971	1980	1988
Argentina	7,5	35,6	48,4
Brasil	7,7	31,3	36,5
Chile	21,4	45,5	88,3
Portugal	6,8	39,8	44,1

Fonte: Vitelli (2000)

O aumento da inflação foi outra das consequências perversas da estratégia do governo de Geisel, entre 1976 e 1980, a taxa da inflação média anual foi de 52,1%, mas, entre 1981 e 1988, era de 228,4% (Vitelli, 2000).

De qualquer maneira, a economia brasileira continuava a crescer a bom ritmo, entre 1973 e 1983, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 4,5% (Rapoport, 2000). Entre 1974 e 1981, o PIB *per capita* cresceu a uma taxa média anual de 18,8% (Vitelli, 2000).

### 3.3. O FIM DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O Estado brasileiro conduziu o crescimento da economia durante décadas. À medida que a economia crescia, o poder do Estado crescia também. Em 1956, as propriedades dos investidores estrangeiros representavam 34,4% do capital, enquanto em 1979

representavam somente 22,5%. Em 1982, o PIB brasileiro era 55% maior que o PIB total dos quatro “Tigres Asiáticos” – Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong e Singapura - e era equivalente a 86% do PIB do Canadá. O produto industrial dos quatro “Tigres” era cerca de 76% do brasileiro (Pang, 2002).

O controlo público do crédito concentrou no Estado um grande poder na definição da política da industrialização. Perto de dois terços de todo o crédito, em meados dos anos 1970, provinham de bancos estatais (*ibidem*).

Em 1947, os gastos do Estado eram 17% do PIB; no começo dos anos 1970, ascendiam a 33%. O sector público produzia mais de 50% do PIB.

Das 20 maiores empresas brasileiras, 19 eram propriedade do Estado.

Até 1990, o Brasil manteve-se uma economia fechada. O Banco Brasileiro para o Comércio Externo (CACEX) tinha uma lista de tarifas para 13.500 artigos. Esta lista era conhecida como Anexo C. Dos 13.500 itens, 3.000 estavam pura e simplesmente proibidos de entrar no país.

A protecção do mercado brasileiro efectuou-se de muitas maneiras: interdição da entrada no mercado de bens como os computadores; tarifas elevadas para os automóveis, as televisões e os sistemas de áudio; subsídios generosos em sectores como a agricultura. O Banco Mundial estimou que as tarifas do Brasil sobre os produtos industrializados eram três vezes superiores aos da Coreia do Sul, um país conhecido pelo seu protecçãoismo.

A estratégia do Brasil, desde 1930, foi construir um capitalismo sem risco, um capitalismo com um mercado interno protegido e fechado. Em 1980, as exportações brasileiras representavam 9,6% do PIB, o que correspondia a menos de 40% das exportações da Coreia do Sul<sup>9</sup> (Pang, 2002).

É verdade que no final dos anos 1970 e no princípio dos anos 1980 o Brasil continuava a ser competitivo - produzia e exportava mais automóveis e aço do que o Reino Unido -, mas começava a vacilar. Não dispunha da tecnologia necessária para competir com êxito nos mercados internacionais.

Os computadores eram um sector diferente, exigiam um investimento massivo em investigação. Além disso, no princípio dos anos 1980, a economia mundial estava estagnada, depois de mais um

<sup>9</sup> Os “tigres asiáticos”, ao invés do Brasil, optaram desde os anos 1960 por políticas promotoras das exportações.

choque petrolífero, e o Brasil revelava dificuldades em pagar os enormes empréstimos que havia contraído na época do crédito barato, na expectativa de que a sua economia crescesse sempre a bom ritmo. Desgraçadamente, estas previsões revelaram-se demasiado optimistas e a factura das políticas dos anos anteriores surgia agora muito pesada.

Por outro lado, a política de “abertura” de Geisel propiciou um debate interno sobre o melhor modelo de desenvolvimento a seguir. A esquerda nacionalista não tinha dúvidas: exigia a expansão das políticas populistas de autarcia e de protecção das empresas (as principais eram públicas); mais regulação do comércio externo e do investimento estrangeiro. Ao contrário, os novos ventos internacionais exigiam mais liberalização, privatização e desregulação.

O famigerado consenso de Washington, produzido em meados dos anos 1980, promulgou várias medidas para combater o pesado endividamento dos países da América Latina. As medidas assentavam num tripé, privatização, desregulação e liberalização. Pretendia-se, desta forma, reduzir o peso do Estado, reestruturar as políticas económicas, cortar despesas em programas sociais, liberalizar o comércio internacional, desregular os mercados nacionais e privatizar as empresas propriedade do Estado.

O governo militar, acossado pelas pressões externas e pelo *statu quo* interno, sentia-se manietado, sem saber qual era o melhor rumo a seguir.

Numa palavra, nos anos 1980, o modelo da ISI já não funcionava, estava desajustado à nova realidade, a emergente globalização, cujo principal motor económico é o sector privado.

O Brasil necessitava com urgência de reformas. João Figueiredo (1979-1985), o último presidente dos governos militares, ainda ensaiou algumas, mas sem êxito.

Em 1985, voltava a democracia e a esperança renascia.

#### 4. CONCLUSÃO

A ISI atravessou, com pequenos ajustamentos, todo o período 1930-1985. Foi o modelo de eleição, primeiro dos regimes populistas, depois da ditadura militar. Os resultados desta estratégia de desenvolvimento, centrada no mercado interno e tendo o Estado como actor principal, são controversos. *“Brazil has experienced stunning success as well as striking failure. Between 1940 and 1980, rapid growth turned this largely agrarian country into a major industrial power. In the 1980s and early 1990s, however, Brazil suffered from a profound*

*economic crisis. Moreover, deep social inequality and widespread poverty have continued to plague the country.*" (Weyland, 1996, 189).

O Brasil é um país de contradições. Tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, a maior potência da América Latina, destronando a velha rival Argentina. A ISI obteve no Brasil melhores resultados económicos do que nos seus vizinhos latino-americanos. Este sucesso relativo deve-se, em grande parte, à maior dimensão do mercado brasileiro, que permitiu obter importantes economias de escala e, assim, criar e desenvolver novas indústrias. Este sucesso tinha, todavia, algo de artificial, uma vez que se apoiava num proteccionismo obsessivo, que atravessou todo o período 1930-1985, e que gozava de um apoio quase unânime dentro da sociedade brasileira.

O Brasil verificou, depois da Segunda Grande Guerra, períodos de grande crescimento económico, em especial na segunda metade dos anos 1950 com Juscelino Kubitschek e na ditadura militar entre 1967 e 1973. A inflação e, em especial a partir do início dos anos 1980, o endividamento externo foram o reverso da medalha de décadas sucessivas de forte intervencionismo estatal. Em meados dos anos 1980, este modelo de desenvolvimento estava esgotado.

Verificaram-se também melhorias notáveis em vários indicadores sociais. Por exemplo, entre 1965 e 1985 (Diamond *et al.*, 1989): a taxa de mortalidade infantil passou de 104 por mil para 67; a percentagem de pessoas com capacidade de ler escrever passou de 61% para 76%; a esperança de vida das mulheres passou de 59 anos para 67 e a dos homens de 55 para 62.

Infelizmente, o desenvolvimento não chegou a toda a população e a desigualdade social manteve-se ou agravou-se. O Brasil continuou a ser uma sociedade, escandalosamente, desigual. "*Using data from 1960 to 1980, Serra reports that concentration was still going on in the 1970s. The lowest 20% of the economically active population had gone from 3,9% of total income in 1960 to 3,4% in 1970, to 2,8% in 1980; the top 10%, from 39,6% to 46,7%, to 50,9%. This means that the governmental policies practiced throughout this period, at best, did not counteract structural forces making for greater inequality; at worst they aggravated their effect.*" (Lamounier, 1989, 134).

Este grau de desigualdade social é, sem dúvida, um dos maiores obstáculos a uma verdadeira consolidação democrática.

Depois de 1985, o regime democrático seguiu, no início, uma política tão xenófoba como a da ditadura militar. As reformas receberam grande oposição da esquerda, dos tecnocratas nacionalistas, dos

sindicatos, da comunidade empresarial. Numa frase, ninguém ou quase ninguém, queria as reformas.

Os primeiros anos da democracia não foram fáceis e o Brasil mergulhou num caos político. Era difícil conciliar os interesses de uma classe política habituada a viver debaixo da protecção da ditadura militar e a decidir autoritariamente com uma classe política mais jovem.

Ironicamente, foi um ex-socialista (para alguns, marxista) que começou, em meados dos anos 1990, a dismantelar o Estado populista e proteccionista, fundado por Getúlio Vargas em 1930, construído pelos seus herdeiros e expandido pelos militares. Fernando Henrique Cardoso foi o homem que conduziu o Brasil nos primeiros passos da liberalização económica, provocando uma ruptura numa história que durava há mais de 60 anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Addis, Caren (1997); "A clash of paradigms: recent interpretations of Brazilian Development"; *Latin American Research Review*; 32; 3; Pittsburgh; 123-139.
- Cardoso, F. H. (1964); *Empresário Industrial e Desenvolvimento Económico*; Difel; São Paulo.
- Diamond, Larry e Juan J. Linz (1989); "Introduction: Politics, Society, and Democracy in Latin America"; *Democracy in Developing Countries*; 4; *Latin America* in Diamond, Larry, Linz, Juan e Lipset, Seymour Martin (org.), Lynne Rienner, Boulder (Colorado); 1- 58.
- Graham, Richard (1988); "State and Society in Brazil: 1822-1930"; *Latin American Research Review*; XXII; 3; Pittsburgh; 223-236.
- Hirschman, Albert O. (1987); "The Political Economy of Latin American Development: Seven Exercises in Retrospection"; *Latin American Research Review*; XXII; 3; Pittsburgh; 7- 37.
- Lafer, Celso, *JK e o Programa de Metas, 1956-1961*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002
- Lamounier, Bolívar (1989); "Brazil: Inequality Against Democracy"; *Democracy in Developing Countries*; 4; *Latin America* in Diamond, Larry, Linz, Juan e Lipset, Seymour Martin (org.), Lynne Rienner, Boulder (Colorado); 110-157.
- Mathias, Suzeley Kallil (1995); "Ernesto Geisel e a distensão: projecto militar e discurso político"; *História*; 14; São Paulo; 61-75.
- Mendes, Claudinei M. M. (1997); "A Coroa Portuguesa e a Colonização do Brasil. Aspectos da atuação do Estado na Constituição da Colónia"; *História*; 16; São Paulo; 233-253.
- O'Donnell, Guillermo (1973); *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics*, Berkeley, University of California, Institute for International Studies.
- Pang, Eul-Soo (2002); *The Internacional Political Economy of Transformation, in Argentina, Brazil, and Chile since 1960*, Palgrave Macmillan; New York.
- Rapoport, Mario (2000); *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*, Ediciones Macchi, Buenos Aires.
- Serra, José (1972); *El Milagro Económico Brasileño: Realidad o Mito?*, Quimantu; Santiago do Chile.
- Skidmore, Thomas E. (1967); *Politics in Brazil 1930-1964: An Experiment in Democracy*, Oxford University Press; New York.



- Wallerstein, Michael (1980); "The Colapse of Democracy in Brazil: Its Economic Determinants"; *Latin American Research Review*, XV; 3; Pittsburgh; 3-40.
- Vitelli, Guillermo (2000); *Los Dos Siglos de Argentina*, Prendergast; Buenos Aires.
- Weffort, Francisco C. (1978); *O Populismo na Política Brasileira*, Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro.
- Weinstein, Barbara (1996); "Essa Não É a República dos Meus Sonhos: Obstáculos Históricos à Democracia Política e Social no Brasil"; *Revista Brasileira de História*, 16; 31; São Paulo; 62-75.
- Weyland, Kurt (1996); "Development, Democracy, and Inequality: New contributions on the Brazilian Political Economy"; *Latin American Research Review*, 31; 3; Pittsburgh; 189-202.